

2009 – CONFERÊNCIA/CONFERENCE – CICLO DE PALESTRAS UCAN

Participação no Ciclo de Palestras da Universidade Católica de Luanda, com a palestra
"Reestruturação e Desenvolvimento Urbano", 2009, Luanda

Participation in the Cycle of Lectures of the Catholic University of Luanda, with the lecture
"Restructuring and Urban Development", 2009, Luanda

Reestruturação e Desenvolvimento Urbano

É genericamente aceite que estas são a força condutora por trás do desenvolvimento económico e social. São alvéolos humanos que albergam milhões de pessoas: Londres - 14 milhões, São Paulo - 19 milhões, Luanda - 5 milhões, com percentagens, todas elas, significativas de uma pobreza estrutural cada vez mais alargada.

Estima-se que, a percentagem de pessoas excluídas do mercado formal da terra, habitação e dos circuitos económicos formais no mundo inteiro, seja de 40%. Nos países desenvolvidos 15% a 17% das populações urbanas vive fora dos sistemas convencionais dos mercados. Em Luanda, Bogotá, México, Nova Deli, 80% do mercado económico e de habitação é desenvolvido por canais informais e urbanizações pirata, o que prova que o sector público, privado e o privado informal movimentam e direccionam os seus esforços em direcções divergentes. (imagens de manchas de ocupação em vários países) Angola não difere dos outros países em relação as razões e ao número do crescimento das suas áreas urbanas, embora a guerra tenha acelerado esse processo.

Mesmo que a migração urbana diminua com o fim da guerra, as áreas urbanas de Angola, e de Luanda em particular, continuariam a crescer rapidamente por algum tempo devido ao perfil demográfico. Embora alguns residentes possam optar por sair das áreas urbanas para as rurais ou mudar duma área urbana para outra, a tendência geral em situações de pós-conflito é de relocação limitada, dado que a maioria perdeu os seus sistemas de vida e não pode arriscar perder a sua base actual de sobrevivência.

As áreas urbanas representam uma oportunidade económica e social. A escala de crescimento urbano, em si, é um factor no desenvolvimento económico geral devido à produção de bens mas especialmente ao fornecimento cada vez maior de serviços e à existência de mercados.

Não podemos esquecer que a maioria dos agregados peri-urbanos tem investido bastante na auto-construção das suas habitações e das suas unidades produtivas como forma de consolidação das suas posses e da sua situação socioeconómica.

A carência de terra, bem como dos serviços básicos, leva a população a resolver os problemas informalmente. Os sistemas formais de oferta não satisfazem a procura. Considerar os sistemas informais como ilegais significa pôr a maioria da população fora de lei e esvazia a lei em si. Muitos sistemas informais, embora de várias formas inadequados, são mais legítimos e mais operativos que os sistemas formais.

Na maioria das metrópoles dos países em desenvolvimento, os problemas são idênticos: América Latina, África e Ásia. Estamos, por isso, a falar de um problema extensivo a 3/4 do mundo.

Estes dois sectores (público e privado) têm funcionado com uma desconfiança mútua, posicionando-se em lados opostos da barricada, acusando-se de incompetências, corrupções, falta de ética. Mas todos nós somos actores a ser responsabilizados por uma melhor cidadania.

A enorme quantidade de variáveis mutáveis que entram neste jogo não pode ser resolvida com os mesmos instrumentos de controlo e gestão da cidade. Devem ser como guiões em fases sucessivas, que substituam os planos gerais e apontem para planos parcelares de transformação, para as respostas da cidade baseadas em morfologias abertas, interactivas com os mínimos critérios mas com regras essenciais que organizem e dêem formas concretas ao rápido crescimento que estas metrópoles têm. Estes critérios não podem ser só critérios de desenho urbano. Devem entender e integrar redes produtivas, malhas sociais, as transacções permanentes. Em todas estas metrópoles, as estruturas emergentes, as energias e os recursos produzem-se capilarmente. As novas metrópoles são cidades desterritorializadas e a sua estrutura básica é a rede de indivíduos. Os fluxos de distribuição e transacção constituem o verdadeiro cerne da cultura urbana contemporânea.

Esta necessidade de mudança não deve ser entendida necessariamente como negativa. O que assusta as pessoas é que a expressão formal destas mega-cidades é efectivamente fragmentada, pobre, desordenada. Essa imagem exterior, essa roupagem criam nos poderes e nos cidadãos comuns o desejo de as destruir, de as negar.

As sociedades das megacidades de todo o mundo - e Luanda é um exemplo disso - vivem processos de grande autonomia. As directrizes principais procedem mais do interior dos seus processos e são elas que estabelecem as linhas geradoras dos espaços, a partir das suas lógicas próprias e desde o enunciado das suas necessidades.

Há uma ideia generalizada de que não é possível resolver Luanda. Podemos provar que sim. Todas as outras grandes cidades estão a fazê-lo lentamente. Os seus profissionais - estamos a falar de cidades com mais de cinco milhões de habitantes - acreditam nisso e têm tornado isso possível.

Para que tal aconteça são necessários uma aceitação e um reconhecimento dos interesses legítimos de todas as partes, assim como uma definição clara dos seus papéis. Proprietários, construtores informais, urbanizadores formais, investidores privados e comunidades dos vários estratos sociais (sobretudo as de baixo rendimento), pelo facto de constituírem a maioria da população. Todos estes actores têm de ser ganhadores, têm de ver os seus interesses e necessidades satisfeitos para se constituírem como actores participativos na mudança.

Maria João Teles Grilo

In **Ciclo de Palestras da Universidade Católica em Luanda, 2009**